



Intenção de Consumo das Famílias é maior desde início da pandemia

Presidente assina decreto que cria o Conselho de Participação Social

Página 4

Linha “Empreenda Afro” oferece crédito de até R\$ 21 mil para afro empreendedores de SP

Página 2

Centro Paula Souza disponibiliza 17 cursos livres gratuitos online em diversas áreas

Quem quer aprender algo novo sem precisar sair de casa pode aproveitar uma das 17 opções de cursos livres gratuitos online do Centro Paula Souza (CPS), órgão do Governo do Estado de São Paulo, que administra as Escolas Técnicas (Etec) e Faculdades de Tecnologia (Fatecs) estaduais. Com duração de 6 a 40 horas, as capacitações são oferecidas na modalidade Mooc (Massive Open Online Course – sigla para Curso Online Aberto e Massivo).

Qualquer pessoa interessada pode fazer a inscrição e começar a estudar na hora que quiser, sem necessidade de teste de seleção. Basta acessar o site mooc.cps.sp.gov.br e se cadastrar com login e senha. Não há limite de vagas. Os conteúdos são dinâmicos, com vários textos, videoaulas, exercícios e avaliações. Na maioria dos cursos, os aprovados recebem um certificado de conclusão.

Lançada em 2015, pelo Grupo de Estudo de Educação a Distância (GEEaD) do CPS, a plataforma Mooc da instituição soma atualmente cerca de 630 mil inscritos. Gestão de Pessoas é o curso mais procurado, com mais de 93 mil participantes. Em segundo lugar está o método de planejamento de negócios Canvas, com 67 mil interessados, seguido por Inglês Básico e Gestão do Tempo, com 65 mil e 62 mil inscrições respectivamente.

De acordo com o diretor do GEEaD, Rogério Teixeira, a alta procura pelos cursos livres online é reflexo da intensificação do uso da internet nos últimos anos e também da flexibilidade do modelo de ensino. “Por ter um formato autoinstrucional, em que o próprio aluno define sua rotina de estudos, o modelo é bastante atrativo, pois permite maior autonomia na execução das tarefas e ganho de tempo útil ao evitar deslocamentos”, afirma.

Previsão do Tempo

Quarta: Sol com muitas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite.



Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR	
Comercial	
Compra:	5,08
Venda:	5,08
Turismo	
Compra:	5,19
Venda:	5,28
EURO	
Compra:	5,52
Venda:	5,52

Dezembro fecha com saldo negativo de 431.011 empregos, diz Novo Caged



Página 3

Esporte

De contrato renovado, André Negrão tenta novo título pela Alpine no WEC

O paulista André Negrão anunciou na terça-feira (31) a renovação de seu contrato com a Alpine Renault, equipe com a qual sagrou-se vice-campeão mundial de Endurance na temporada 2022, correndo na categoria principal, a Hypercar. Em 2023, ele acompanhará a Alpine em seu retorno à competitiva LMP2, divisão na qual André se sagrou campeão na temporada 2018-19 após vencer por duas vezes as tradicionais 24 Horas de Le Mans.

Página 8



André Negrão em Monza, pista da segunda vitória da Alpine em 2022

Com foco no Mundial e Pan, Darlan Romani treina em Uberlândia



Darlan Romani

Campeão mundial do arremesso de peso em pista coberta, o catarinense Darlan Romani está de olho nos Jogos Olímpicos de Paris-2024, seu grande objetivo, sem perder o foco de duas importantes competições de 2023: o Campeonato Mundial de Budapeste, na Hungria, de 19 a 27 de agosto, e os Jogos Pan-Americanos de Santiago, no Chile, de 29 de outubro a 5 de novembro.

Acompanhado do especialista cubano Justo Navarro, seu mentor desde 2010, Darlan participa de um camping de treinamento na cidade mineira de Uberlândia, que começou no dia 16 de janeiro e termina domingo (5/2).

Página 8

Sérgio Sette concluiu segunda rodada do Mundial de Fórmula-E

No sábado (28) foi concluída a segunda rodada do Campeonato Mundial de Fórmula-E. A pista montada nas ruas da cidade de Diriyah, na Arábia Saudita, recebeu mais uma prova bastante movimentada para o fechamento da passagem da competição pelo Oriente Médio.

Competindo no carro #3 da equipe chinesa NIO333 Racing o piloto brasileiro Sérgio Sette Câmara teve uma etapa de difícil adaptação com o novo carro GEN3 da equipe.

Página 8

Luisa Stefani volta aos treinos após título do Australian Open e vai motivada para próxima gira no Oriente Médio



Luisa está invicta em 2023

Após fazer história na sexta-feira (27) ao lado de Rafael Matos com o título de duplas mistas do Australian Open - o primeiro Grand Slam de uma dupla totalmente brasileira e primeiro de uma mulher desde 1968 com Maria Esther Bueno -, Luisa Stefani retomou os treinamentos na

segunda-feira (30) em Melbourne, na Austrália, visando a próxima gira de torneios. A tenista número 34 do mundo embarca nesta quinta-feira (2/2) para Abu Dhabi, nos Emirados Árabes, onde disputa o WTA 500 local, junto com a chinesa Shuai Zhang. Página 8

Esta ação conta com o apoio do Metrô, através do Programa Metrô Social.

Intenção de Consumo das Famílias é maior desde início da pandemia

A Intenção de Consumo das Famílias (ICF) atingiu 91,2 pontos em janeiro, uma alta de 1,3% na comparação com o mês anterior e o maior nível desde abril de 2020, logo após o início da pandemia de covid-19. Os dados foram divulgados na terça-feira (31) pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

O levantamento aponta que os consumidores com renda de até dez salários mínimos estão mais dispostos a gastar, com aumento de 1,9% na intenção de consumo em relação a dezembro e de 25,7% na variação anual.

De acordo com a CNC, o otimismo reflete a ampliação do programa de transferência de renda do governo, com o pagamento mínimo de R\$ 600 e incremento de R\$ 150 por criança até seis anos.

Por outro lado, as famílias que recebem mais de dez salários mínimos mensais pretendem reduzir o consumo, com queda de 1% na intenção. A CNC aponta como motivos do pessimismo o aumento do preço dos serviços em geral, a perspectiva profissional e o acesso mais dificultado ao crédito.

A perspectiva de consumo

foi o item que mais cresceu na comparação mensal, com alta de 2,7%, decorrente do arrefecimento da inflação. Na comparação anual, o ICF subiu 23,1% em janeiro, com destaque para a alta de 25,1% no índice perspectiva profissional.

Quanto à satisfação com a renda atual, houve avanço de 2% no indicador em janeiro, em relação a dezembro. Em relação a janeiro de 2022, a alta foi de 31,8%. Entre os entrevistados, 39% afirmaram que receberam o mesmo valor do ano passado, 35% relataram melhora da renda e 25,6% disseram que a ren-

da piorou.

A proporção de endividados em 2022 cresceu mais no grupo de maior renda, mas a ICF se mantém otimista para essa faixa, com 107,7 pontos, uma variação anual de 15,1%.

No recorte por gênero, entre as mulheres a intenção de consumo subiu 3,3% na comparação mensal e 26% na variação, ficando em 91,4 pontos, ainda na zona de insatisfação. Para os homens, o ICF ficou em 96,2 pontos, um aumento de 2,7% em relação a dezembro e de 23,1% na comparação com janeiro de 2022. (Agencia Brasil)

Dezembro fecha com saldo negativo de 431.011 empregos, diz Novo Caged

O Brasil fechou o mês de dezembro do ano passado com saldo negativo de 431.011 empregos formais (com carteira assinada), segundo balanço do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) apresentado na terça-feira (31) pelo Ministério do Trabalho e Emprego. O saldo do mês passado foi resultado de 1.382.923 milhões de contratações e 1.813.934 desligamentos.

Já o estoque total de trabalhadoresceletistas recuou 1% em dezembro, contabilizando 42.716.337. No acumulado do ano, houve saldo de 2.037.982 empregos, decorrente de 22.648.395 admissões e de 20.610.413 desligamentos.

Na média nacional, os salários iniciais pagos a quem foi admitido em um novo emprego em dezembro também diminuiu, ficando em R\$ 1.915,16. Comparado ao mês anterior, houve queda real de R\$ 17,90 no salário médio de admissão, uma variação negativa em torno de 0,93%.

Os números mostram que, no mês de dezembro, os cinco grupos de atividades econômicas apresentaram saldo negativo. O setor de serviços teve a maior perda, com redução de 188.064 postos.

Na sequência, vem o setor da indústria geral, com menos 114.246 postos, com a maior queda na indústria de transformação (-112.992 postos). A construção ficou com saldo negativo de 74.505 postos, a agropecuária, com menos 36.921 postos e o comércio, com 17.275 postos a menos.

Trabalho intermitente e em regime parcial

Em dezembro, o novo Caged registrou 24.333 admissões e 16.843 desligamentos na modalidade de trabalho intermitente, gerando saldo de 7.490 empregos e envolvendo 5.435 estabelecimentos contratantes.

Um total de 175 empregados celebraram mais de um contrato na condição de trabalhador intermitente.

“Do ponto de vista das atividades econômicas, o saldo de emprego na modalidade de trabalho intermitente distribuiu-se por serviços (+4.893 postos), comércio (+2.510 postos), construção (+205 postos), agropecuária (-3 postos) e indústria (-115 postos)”, informou o ministério.

Quanto ao trabalho em regime de tempo parcial, houve 11.674 admissões e 23.886 desligamentos, gerando saldo nega-

tivo de 12.212 empregos e envolvendo 5.532 estabelecimentos contratantes.

Um total de 33 empregados celebrou mais de um contrato em regime de tempo parcial.

Do ponto de vista das atividades econômicas, o saldo de emprego em regime de tempo parcial foi negativo nos setores de serviços (-7.933 postos), na indústria (-3.819 postos), na construção (-301 postos) e na agropecuária (-192). O único setor que registrou saldo positivo foi o comércio, que gerou 33 postos.

Reestruturação

Em entrevista coletiva para comentar os resultados do Novo Caged, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, atribuiu a queda no volume de empregos à reforma trabalhista realizada pelo governo do presidente Michel Temer, em 2017. A reforma promoveu uma mudança significativa na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com a implementação de novas modalidades de contrato, como o trabalho intermitente.

De acordo com Marinho, houve uma queda na fiscalização, o que precarizou os contratos trabalhistas.

Regiões

Em junho, as 27 unidades federativas fecharam o mês com saldo negativo de empregos. Os destaques são: São Paulo, onde houve perda de 151.474 postos (-1,13%); Minas Gerais, com menos 45.761 postos (-1,01%); e Santa Catarina, com menos 39.268 postos (-1,64%).

Entre as regiões, o Sudeste fechou fevereiro com menos 212.362 postos. Na sequência vêm o Sul, com menos 102.993 postos; o Nordeste, com menos 52.018 postos; o Centro-Oeste, com menos 35.740 postos; e a Região Norte, com menos 27.143 postos. (Agencia Brasil)

Subsídios de natureza financeira ficam em R\$ 618 milhões

O Tesouro Nacional informou na terça-feira (31) que os subsídios de natureza financeira reduziram de R\$ 634,6 milhões em 2021 para R\$ 618,3 milhões em 2022 em valores correntes. Segundo o Tesouro, a queda desses subsídios ao longo do tempo é uma tendência, porque eles decorrem de “equalização de taxas de juros no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), em que não há mais contratação de novas operações desde 2015.

Os números constam do boletim bimestral do programa e descrevem o impacto fiscal das operações do Tesouro Nacional com o Banco Nacional de De-

seenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A análise considera o custo de captação do governo federal e o valor devido pela União, e valores inscritos em restos a pagar nas operações de equalização de taxa de juros no âmbito do PSI.

O documento aponta que, por outro lado, subsídios creditícios do Tesouro Nacional no âmbito do PSI e dos empréstimos ao BNDES aumentaram de R\$ 2,0 bilhões em 2021 para R\$ 3,5 bilhões no mesmo período de 2022, em valores correntes.

“Apesar das liquidações antecipadas realizadas pelo BNDES ao longo de 2022 (R\$59 bilhões), que contribuíram para

redução dos subsídios creditícios por reduzirem a base sobre a qual incidem, não ocorreu efetivamente a esperada queda, em comparação a 2021. Isso ocorreu devido à elevação do custo médio das emissões em oferta pública da Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi, sem a correspondente elevação na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, referente à remuneração paga ao Tesouro Nacional sobre a maior parte dos saldos desses contratos”, informou o Tesouro.

Segundo o boletim, a projeção dos subsídios financeiros e creditícios, de 2022 até 2041 e 2040, respectivamente, vai alcançar R\$ 1,2 bilhão, a valor pre-

sente, na posição de 31/12/2022. Já os subsídios creditícios alcançam o montante de R\$ 4,7 bilhões, a valor presente, na posição de 31/12/2022.

“Sem a amortização antecipada de R\$ 45,0 bilhões pelo BNDES, em dezembro de 2022, os subsídios alcançariam R\$ 10,0 bilhões, em razão dos cenários de taxas de juros e projeções de saldos do BNDES. Considerando as curvas de juros utilizadas na estimativa, essa amortização antecipada de R\$ 45,0 bilhões ajudou a reduzir em \$ 5,3 bilhões o subsídio creditício estimado até 2040, a valor presente”, disse o Tesouro. (Agencia Brasil)

Após encontro com Febraban, Mercadante defende redução na TLP

O presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, disse na terça-feira (31), em São Paulo, que propôs que a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e o governo discutam um projeto de lei para reduzir a Taxa de Longo Prazo (TJP), principalmente para as micro e pequenas empresas.

“Nós não vamos retomar a TJLP, Taxa de Juros de Longo Prazo. O BNDES não precisa e não tem condições de receber subsídios do Tesouro, mas tem espaço para reduzir essa taxa e queremos fazer isso em conjunto com a Febraban. Tem que ser um projeto de lei. Tem que ser aprovado pelo Congresso Nacional. Então, precisa de um debate técnico cuidadoso”, defendeu.

A TLP substituiu a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e é composta pela variação do In-

dice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e pela taxa de juros prefixada das Notas do Tesouro Nacional (NTN-B) vigente no momento da contratação do financiamento. Ela entrou em vigor nos contratos firmados pelo BNDES a partir de janeiro de 2018.

Reindustrialização

Segundo o ministro, a reindustrialização do país é uma prioridade do governo atual, e o BNDES pode contribuir para que ela aconteça. “O BNDES ajudaria com recursos. Temos várias linhas de financiamento que já trabalham com muitas dessas empresas. Hoje já temos uma carteira muito forte na parte de energia eólica. O Brasil já está produzindo aerogeradores e outros equipamentos. O esforço agora é na fotovoltaica e solar. Queremos fazer mais e fa-

zer especialmente para micro e pequena empresa”, disse ele.

Para Mercadante, um dos caminhos para essa reindustrialização seria a economia verde. “O Brasil terá uma nova fonte de energia e pode ser um dos principais produtores de hidrogênio verde do mundo. Mas nós temos que ter um carro que gere energia junto com essas fontes sustentáveis e renováveis, não só ônibus e caminhões. Essa agenda da economia verde é muito promissora para a reindustrialização do Brasil”, afirmou.

O presidente do BNDES esteve hoje na sede da Febraban, acompanhado pelos ministros Fernando Haddad (Fazenda), Carlos Fávaro (Agricultura), Simone Tebet (Planejamento) e Esther Dweck (Gestão e Inovação Pública). Durante a reunião, os ministros apresentaram aos bancos a nova agenda econômi-

ca do governo. Um dos temas discutidos foi a reforma tributária. Segundo Haddad, a reforma tributária tem encontrado um ambiente favorável para ser aprovada pelo Congresso Nacional.

Ao falar a jornalistas, na saída da reunião, Mercadante ainda disse esperar que o BNDES possa vir a integrar a Febraban. “Por que o BNDES não participa da Febraban? Por que só a Caixa, Econômica Federal, e o Banco do Brasil, participam? Nós queremos vir aqui debater, discutir, construir pontes. É muito importante a parceria entre o crédito privado e o setor público. E o BNDES é o grande banco de desenvolvimento econômico do Brasil. Queremos estar mais presentes na Febraban”, disse. Ao lado de Mercadante durante a entrevista, o presidente da Febraban, Isaac Sidney, não falou com jornalistas. (Agencia Brasil)

É uma vergonha o que está acontecendo no Carf”, diz Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu na terça-feira (31) a volta do voto de qualidade ao Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf). O voto de qualidade prevê que os conselheiros representantes da Fazenda Nacional, que presidem as turmas e câmaras do Carf, desempatem as votações de litígios tributários a favor da União. Desde 2020, no entanto, a legislação estabelecia que, em caso de empate, os contribuintes sejam beneficiados.

“Eu gostaria de julgar meus próprios pares como todas as empresas estão fazendo hoje. Mas sinceramente, é uma vergonha o que está acontecendo no país. Não existe nenhum país do mundo com esse sistema de solução de litígio administrativo”, falou ele.

“Não tem como justificar uma coisa dessas. Não há nenhum país da OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico com esse sistema. Não há país do G20 com esse sistema. É impossível o próprio contribuinte julgar um auto de infração como está acontecendo agora. Estamos falando de 20 ou 30 empresas que estão se beneficiando do empate para o contribuinte”, acrescentou ele.

Para Haddad, o que está acontecendo hoje no Carf afronta a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o assunto. “Como é que um órgão administrativo pode reverter uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que é um colegiado com 11 ministros? E alguém vem dizer que isso é normal?”, criticou ele.

Febraban

Na manhã de terça-feira, Haddad visitou a sede da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), acompanhado pelas ministras Simone Tebet, do Planejamento; Esther Dweck, da Gestão e Inovação Pública; e Carlos Fávaro, da Agricultura, além do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante.

A convite do presidente da federação, Isaac Sidney, os ministros e o presidente do BNDES conversaram com membros do conselho da entidade. A reunião foi fechada, mas os ministros falaram com a imprensa ao deixar o local.

Ao lado das ministras do Planejamento e Gestão, Haddad disse que a reunião realizada na terça-feira com a Febraban serviu para o governo apresentar aos bancos a sua nova agenda econômica. Essa agenda, segundo ele, é pautada na reforma tributária, no arcabouço fiscal e em mudanças no crédito.

Na segunda-feira, na sede da Federação das Indústrias do estado de São Paulo (Fiesp), o ministro já havia apresentado essa agenda aos empresários. Aos bancos, o ministro voltou a falar que a reforma tributária tem encontrado um ambiente favorável para ser aprovada pelo Congresso Nacional.

“Nós discutimos aqui, na presença da ministra Simone Tebet e na presença da ministra Esther, uma agenda para o

setor produtivo”, disse ele. “A reforma tributária já podia ter sido votada e não foi. E pode ser votada porque o Congresso está maduro. Os deputados e senadores estão tomando posse agora, mas há nas duas Casas um ambiente muito favorável e isso tem impacto muito forte no crescimento econômico para melhorar a vida das empresas, melhorar a vida das indústrias, para dar mais transparência ao sistema tributário, para permitir que a gente avance no segundo semestre e discuta a regressividade do sistema tributário que penaliza as famílias mais pobres. Tudo isso está na agenda econômica do país”, disse o ministro.

“A segunda coisa é o arcabouço fiscal. Vamos mandar uma nova regra fiscal para o Congresso. Isso já está contratado. Estamos dando tempo para a equipe econômica formular uma proposta. Isso vai dar segurança e previsibilidade para os agentes econômicos”, acrescentou ele.

Já sobre a questão do crédito, Haddad disse ter conversado ontem com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, “sobre uma agenda rápida de crédito no país, que prevê sistema de garantias, diminuição do spread bancário e melhoria do ambiente de concorrência para que haja mais crédito barato no Brasil”.

Outra questão abordada na reunião e que, segundo ele, já vem sendo discutida desde a segunda semana de janeiro com os bancos do país, é sobre o Desenrola, voltado para a renegociação de pequenas dívidas.

“Ele vai ser apresentado na semana que vem ao presidente Lula e deve ser lançado em fevereiro”, disse o ministro.

FMI

A jornalistas, após deixar a reunião, Haddad também comentou as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) para a economia brasileira. A atualização do FMI mostra que o Produto Interno Bruto (PIB) deve crescer 1,2% este ano e 1,5% em 2024.

“Os bancos brasileiros também fizeram projeção e todos estão aumentando para 1,5% ou 1,7% o crescimento deste ano. Estamos em janeiro e depende da política econômica também, que está em curso”, falou ele.

Combustíveis

Haddad disse que não tem discutido a desoneração dos combustíveis “desde 1º de janeiro”, quando o atual governo tomou posse. Segundo ele, até o momento sua pasta não foi provocada sobre a possibilidade de uma prorrogação da medida.

“Desde 1º de janeiro, não discuto mais esse assunto”, disse ele. “A decisão de editar a medida provisória foi tomada pelo presidente da República, que, obviamente, pode visitar a matéria, mas até o presente momento não houve, da parte dele, nenhuma provocação ao Ministério da Fazenda”, afirmou Haddad. (Agencia Brasil)

Presidente assina decreto que cria o Conselho de Participação Social

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse na terça-feira (31) que o Conselho de Participação Social será fundamental na reconstrução das políticas públicas do país. Em evento no Palácio do Planalto, ele assinou decreto que cria o conselho e o Sistema de Participação Social Interministerial, reabrindo diálogo do governo federal com os movimentos populares.

“Quero que vocês saibam que estão participando e que esse conselho vai servir para ajudar a gente a reconstruir ou construir coisa nova, uma participação popular efetiva e que vocês sejam tratados em igualdade de condições, que vocês possam dizer sim da mesma forma que dizer não”, disse Lula.

O conselho reunirá representantes de 68 movimentos e entidades da sociedade civil e terá encontros a cada três meses. Ele será presidido por Lula e coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência, do ministro Márcio Macêdo. As novas funções da pasta estão centradas na coordenação do diálogo com as entidades da sociedade civil, para garantir a participação social na formulação e execução

das políticas públicas.

A Secretaria-Geral também coordenará o Sistema de Participação Social Interministerial. Agora, cada ministério tem uma Assessoria de Participação Social e Diversidade que será responsável pelas demandas temáticas e será referência para que a Secretaria-Geral atue de forma transversal na política de participação social.

Em seu discurso, o ministro Macêdo destacou o desmonte da participação social no último governo, como exemplo, a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) criado em 1993 e o esvaziamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), criado em 1981. O contraponto, segundo ele, foi o papel relevante do Conselho Nacional de Saúde ao “defender a vida contra o negacionismo” durante a pandemia de covid-19 e do Conselho Nacional de Direitos Humanos ao “resistir a um governo autoritário”.

“Precisamos discutir as políticas públicas de inclusão, de distribuição de renda e diminuição da desigualdade no curso da implementação. Para isso, pre-

cisamos integrar educação popular como instrumento de formação de consciência e organização da participação social e multiplicar conselhos populares em torno de todas as políticas públicas”, disse.

Segundo o ministro, já foi iniciado o diálogo como Ministério do Planejamento para a construção de um orçamento participativo, com a convocação do Plano Plurianual (PPA) Participativo. O PPA é o instrumento de planejamento dos órgãos de governo.

Além disso, devem ser retomados os canais digitais de participação social do governo federal, como foi o Participa PR, do primeiro governo Lula, e do Dialoga Brasil, do governo de Dilma Rousseff.

Conselho popular

Um conselho popular foi instituído ainda durante a transição de governo e reuniu, na época, 57 movimentos, entidades, fóruns e espaços de articulação política e social representativos de todo o país. A coordenadora nacional do Movimento Negro Unificado e integrante da coordenação executiva do Conselho de Participação Social do Gabinete da Transição, Simone Nascimento, espera que os instrumentos criados hoje sejam um espaço de diálogo efetivo e constante e um canal de escuta permanente.

“Esperamos ver ainda outras



Foto: Antonio Cruz/ABR

reivindicações do relatório de transição serem concretizadas. Queremos muito realizar os mutirões nacionais para enfrentamento das questões sociais urgentes, como a fome, a vacinação, a evasão escolar, o combate ao genocídio do povo negro e do feminicídio. A inovação do processo de participação social, comunicação, cultura e educação popular existente para aprimorar mecanismos de participação direta, federativa e territorial na cidade e no campo. E um orçamento efetivamente participativo que coloque o povo dentro das prioridades”, disse Simone.

Também discursaram no evento o coordenador da Central de Movimentos Populares e integrante da Frente Brasil Popular, Raimundo Bonfim; a coordenadora nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e integrante da Frente Povo Sem Medo, Vitória Genuino de Mo-

rais da Silva; a secretária-geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil e representante da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, Romi Bencke; e a integrante da Associação de Juizes para a Democracia, da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia e da coordenação da Coalizão em Defesa da Democracia, Juiza federal Cláudia Maria Dadico.

Participaram ainda a presidente da União Nacional dos Estudantes, Bruna Brelaz; a coordenadora da Marcha Mundial das Mulheres, Ticiane Albuquerque; o presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil e representante do Fórum das Centrais Sindicais, Adilson Araújo; a representante dos movimentos populares rurais, Ceres Hadich; o coordenador executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Dinamam Tuxá; a representante do

Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição e ex-presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, Elisabetta Recine; o presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos, Leonardo Pinho; e a integrante do Centro Brasileiro de Estudo em Saúde e representante da Frente Pela Vida, Lucia Souto.

Estabilidade fiscal

Em seu discurso, Lula reafirmou ainda que é um defensor da estabilidade fiscal, mas que o povo não deve ser deixado de lado em detrimento de outros compromissos econômicos.

“O povo votou porque espera que a gente cuide dele, que a gente faça alguma coisa por ele. Eu sou uma pessoa que defende muito a estabilidade econômica, eu quero seriedade fiscal, mas eu quero seriedade política, quero seriedade social, porque é verdade que temos muitas dívidas para pagar.” O presidente acrescentou que a dívida que não é paga há cinco séculos é a “dívida social contraída com o povo brasileiro”, destacou.

Lula falou também sobre outro temas, como a crise do povo Yanomami, a proteção da Amazônia e o combate à violência contra mulher. Para ele, é preciso uma mudança cultural, com educação, e criar leis mais duras para acabar com “esse tipo de violência”. (Agência Brasil)

Advogado do Consumidor & Cidadão Consciente Conheça seus Direitos

Direitos dos Idosos contra Golpes Bancários

Por Nicholas Maciel Merlone

Os idosos merecem proteção e tratamento digno, para que possam sobreviver em sua plenitude, de forma saudável, com o auxílio do Estado, da sociedade e da família. Infelizmente, pessoas mal intencionadas, com má-fé mesmo, aplicam golpes contra idosos. É sobre isso que vamos tratar.

No âmbito internacional, há diversas previsões normativas protetivas dos seus direitos. Vamos ver algumas delas.

A **Carta de Princípios para as Pessoas Idosas** foi criada pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 1991 e tem vigência até hoje. Esse diploma normativo possui 04 (quatro) eixos principais: 1) independência; 2) participação; 3) cuidados; e 4) dignidade. O primeiro se refere aos direitos básicos, como acesso à alimentação e moradia. O segundo garante a sua participação em associações para reivindicar os seus direitos. O terceiro prevê a proteção da família, assegura os direitos humanos, dentre outros. O quarto lhes garante o mínimo existencial para que possam sobreviver com dignidade.

O **Plano de Ação Internacional de Madrid sobre Envelhecimento**. Este documento prevê a relevância de se envelhecer como um direito humano, assegurando os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais dos idosos, bem como a erradicação de todas as formas de violência e discriminação.

Na esfera do **Sistema Interamericano**, temos a **Carta de São José** acerca dos direitos dos idosos da América Latina e do Caribe. Temos ainda a **A Convenção Interamericana sobre os Direitos das Pessoas Idosas**, que reconhece direitos dos idosos, como a dignidade, igualdade, saúde, participação, não-discriminação, dentre outros.

Já no **plano doméstico**, temos, de início, o artigo 230, da **Constituição brasileira**, que sedimenta: “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”.

Igualmente, temos também o **Estatuto do Idoso** (Lei Federal n. 10.741/2003). Nos termos do artigo 1º, institui-se “o Estatuto da Pessoa Idosa, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos”. Neste diploma legislativo, vale destacar o artigo 4º: “Nenhuma pessoa idosa será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei”.

Diante de todo o exposto, notamos que existe uma ampla e sólida proteção aos direitos dos idosos, seja no âmbito internacional, seja na esfera interna.

Daí trazermos à tona que, infelizmente, pessoas mal intencionadas realizam golpes, estelionatos e fraudes contra os idosos, valendo-se de sua condição de vulnerável. Exemplo disso ocorre no cenário bancário.

Em Minas Gerais, como exemplo, um banco teve que indenizar uma idosa em R\$ 10 mil por danos morais, por ela ter sido vítima de um golpe no interior da agência financeira. O banco foi condenado a restituir à senhora valores sacados e transferidos da conta bancária dela e a cancelar dois empréstimos realizados em seu nome. A decisão é do Tribunal de Justiça / MG. Finalmente, como dissemos, há um sólido e amplo arcabouço normativo que protege os direitos dos idosos. Cabe, assim, aplicá-lo na realidade e garantir de fato os direitos dos idosos, como medida de Justiça!

Nicholas Maciel Merlone - Membro do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) | Advogado especialista em Direito do Consumidor com Escritórios Parceiros | Professor Universitário | Mestre em Direito | Articulista & Escritor.
Instagram: @nicholasmmmerlone / Contato: nicholas.merlone@gmail.com



Mais de 16 milhões de hectares foram queimados no Brasil em 2022

Mais de 16,3 milhões de hectares foram queimados no Brasil entre janeiro e dezembro de 2022, conforme dados do Monitor do Fogo, divulgados na terça-feira (31) pelo MapBio-mas, rede de organizações que fazem o monitoramento áreas queimadas no país. Do total, 2,8 milhões de hectares queimados foram de florestas.

A maior parte das queimadas atingiu vegetação nativa, sendo 25,9% de formações savânicas e 17,1% de florestas.

A Amazônia foi a mais afetada no ano passado. Quase metade do total de área queimada no país estava no bioma, equivalente a 7,9 milhões de hectares. Da área total queimada no bioma, 70% ocorreram nos meses de agosto, setembro e outubro.

Em dezembro de 2022, quando não é comum ocorrerem queimadas na Amazônia, o bioma registrou a maior área queimada no país, com 234,7 mil hectares, crescimento de 101% em relação ao mês anterior.

Comando da Aeronáutica controlará espaço aéreo Yanomami

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva publicou, no Diário Oficial da União da terça-feira (31), decreto que prevê medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública e de combate ao garimpo ilegal no território Yanomami.

Entre as ações previstas, a serem adotadas por órgãos da administração federal, está a criação de uma Zona de Identificação de Defesa Aérea (Zida) sobre o espaço aéreo do território – medida que valerá enquanto vigorar a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional.

Em discursos recentes, Lula já havia antecipado a decisão de adotar medidas severas de pro-

teção ao território indígena e de combate ao garimpo ilegal em território Yanomami.

“Resolvemos tomar a decisão de parar com essa brincadeira. Não terá mais garimpo e não terá mais sobrevoos, nem abastecimento de combustíveis”, disse, ontem, o presidente durante evento no Palácio do Planalto.

A zona de defesa aérea ficará a cargo do Comando da Aeronáutica, a quem caberá adotar ações necessárias para regulamentar e controlar o espaço aéreo “contra todos os tipos de tráfico aéreo suspeito de ilícito” praticado no território.

Medidas de polícia administrativa como interdição de aereo-

naves e de equipamentos de apoio a atividades ilícitas ficarão a cargo de agentes da Polícia Federal, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e de outros “órgãos e entidades da administração pública federal”, diz o texto do decreto.

O acesso de pessoas ao território Yanomami só poderá ocorrer se previsto em ato conjunto editado pelos ministros da Saúde e dos Povos Indígenas, “com vistas à prevenção e à redução do risco de transmissão de doenças e de outros agravos”.

Ainda segundo o decreto, o Ministério da Defesa fornecerá dados de inteligência e transpor-

tares). O montante equivale a um aumento de 18% em relação ao ano anterior.

Já o Pantanal teve a menor área queimada dos últimos quatro anos: 194 mil hectares. Em 2022, o mês com o maior registro foi setembro, com 64 mil hectares consumidos pelo fogo. A diminuição está relacionada, conforme o MapBio-mas, às chuvas que amenizaram a seca no bioma, apesar de a última cheia ter sido registrada em 2018. (Agência Brasil)

te aéreo logístico para as equipes que participarão diretamente da neutralização de aeronaves e equipamentos relacionados com a mineração ilegal no território Yanomami.

O decreto prevê que as autoridades federais ficarão encarregadas de efetuar as requisições de bens, servidores e serviços necessários para transporte de equipes; abastecimento de água potável; fornecimento de alimentos e vestimentas; e para a abertura ou a reabertura de postos de apoio da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e de unidades básicas de saúde do Ministério da Saúde. (Agência Brasil)

MPF abre inquérito por fala de governador de Roraima sobre indígenas

O Ministério Público Federal (MPF) instaurou inquérito para apurar a responsabilidade cível do governo de Roraima, após as falas do governador do estado, Antonio Denarium, que declarou que os indígenas “têm que se aculturar e não podem mais ficar no meio da mata, parecendo bicho”.

A afirmação ocorreu em entrevista à Folha de S.Paulo, quando o governador respondia sobre os projetos na Terra Indígena Yanomami. De acordo com MPF de Roraima, as falas têm “potencial discriminatório”,

conforme previsto no Artigo 20 da Lei sobre Crimes de Preconceito de Raça ou de Cor.

De acordo com o procurador Alisson Marugal, as declarações ofendem a imagem coletiva dos yanomami, rotulando-os como bichos, e expressam opinião depreciativa que implicaria que os indígenas não poderiam viver seu modo de vida tradicional.

Em nota, o Conselho Indígena de Roraima, organização representativa de 261 comunidades, repudiou as falas de Denarium e destacou que o governa-

dor de Roraima minimiza o grave estado de calamidade pública enfrentado pelos povos indígenas yanomami por conta da invasão de seu território por garimpeiros ilegais.

O Conselho Indígena de Roraima pediu investigação na Procuradoria da República do estado, Superintendência da Polícia Federal e nos ministérios dos Povos Indígenas e da Justiça.

O documento do MPF já foi encaminhado ao procurador-geral da República, Augusto Aras, a quem cabe instaurar apuração criminal de conduta e denunciar

o governador ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), caso haja indícios de ato criminoso.

A Secretaria de Comunicação do governo de Roraima informou que as informações repassadas pelo governador Antonio Denarium foram tiradas do contexto na matéria veiculada. E que, em momento algum, o governador fez qualquer citação discriminatória, e que o desejo pela melhoria da vida das pessoas seria o desejo de qualquer pessoa que valoriza a dignidade de indígenas ou não. (Agência Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

As 17/01/2023, às 11h, sede. **Presença:** sócia única Manuçar Comércio Exterior Ltda., CNPJ 06.907.123/0001-87, neste ato devidamente representada na forma de seu Contrato Social por sua Diretora-Presidente **Renata Aguilazu Neves Ferreira**, CI 92.66.870-6, expedido pelo TRAJ/RJ, e CPF 028.026.287-97. **Deliberação Tomada pela Sócia Única: Considerando a melhoria da gestão financeira da empresa**, foi aprovada, sem ressalvas, a redução do capital social, excessivo em relação ao objeto social, no valor de R\$ 6.800.000,00 (seis milhões, oitocentos mil reais), totalizando o capital social em R\$ 71.297,00 (setenta e hum mil, duzentos e noventa e sete reais), conforme descrito abaixo: **Capital Social atual - R\$ 6.871.297,00; Redução do Capital - R\$ 6.800.000,00; Capital Social após redução - R\$ 71.297,00**. Barueri, 17/01/2023. **Manuçar Comércio Exterior Ltda.** - Acionista - por sua administradora Renata Aguilazu Neves Ferreira.

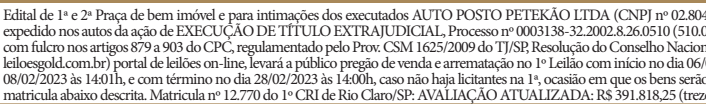
Ciudadanos convocados os representantes legais das entidades filiadas para a Assembleia Geral, que será realizada no **dia 17 de Fevereiro de 2023, às 10:00h**, em primeira convocação ou às 10:30h em segunda convocação com qualquer número de presentes, na sede social situada à Av. Prestes Maia, 241 - sala 814 A - 8ª andar - Centro - São Paulo - SP - Brasil - Cep.01031-902, a fim de apreciar e deliberar sobre as seguintes ordens do dia: a) Conhecer e julgar o relatório da Presidência e o parecer do Conselho Fiscal sobre o movimento econômico, financeiro e administrativo do exercício do ano anterior; b) Eleger e encerrar o mandato da Presidência e do Conselho Fiscal; c) Eleger e encerrar o mandato de janeiro de 2023 até janeiro de 2027; c) Eleger e empossar os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal. **São Paulo, 01 de Fevereiro de 2023**
Marcello Cordeiro Sangiovanni - Presidente.

[illegible]

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS PROCESSO Nº 100445-5/2015.8.26.0009-A/M. Juíza de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional IX - Vila Prudente, Estado de São Paulo, Dra. Cristiane Sampaio Alves Mascari Bonilha, na forma da lei, etc. FAZ SABER a PATRICIA ARRUDA DE SOUZA, RG 28.365.281-0, CPF 277.938.538-59, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte do Colégio de Agrêphe G S C Ltda, visando ao recebimento da quantia de R\$ 3.091,52, atualizado em 14/05/2015, relativa ao contrato de prestação de serviços educacionais, cujas mensalidades deixaram de ser pagas de acordo com o combinado. Encontra-se a ré em lugar incerto e não encontrado, não sendo possível sua citação, por EDITAL, para os atos e termos da ação cedida à proposta para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Não o presente edital, por extinto, afixado e publicado na forma da lei.

J. - 31/01/2015

administradores eleitos. §4º - Os Administradores da Cia. deverão aderir às Políticas vigentes da Cia., mediante assinatura do Termo respectivo, conforme aplicável. §5º - Os Administradores, que poderão ser destituídos a qualquer tempo, permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme caso. Caso o substituto venha a ser investido, este completará o mandato do administrador substituído. §6º - Os membros do Conselho de Administração e a Diretoria somente farão jus à participação nos lucros nos exercícios sociais em relação aos quais for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório previsto pelo art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. §7º - O termo de posse que trata o §3º acima deverá ser firmado, necessariamente, a sujeição do administrador eleito à cláusula compromissória prevista no Art. 33 deste Estatuto Social. Seção II - Conselho de Administração. **Art. 15** - O Conselho de Administração será composto por 7 membros eleitos a três (3) anos, os demais eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral. Os membros do Conselho de Administração serão convocados pelo Presidente da Assembleia Geral. O Conselho de Administração poderá, a qualquer tempo, por maioria absoluta, convocar o Conselho de Administração para renúncia, morte ou qualquer outro motivo. O Conselho de Administração será deliberado em Assembleia Geral convocada pelo Conselho de Administração no prazo de 30 dias contados da data em que o Conselho de Administração tomar ciência da vacância, sendo certo que, nesse caso, o membro suplente indicado pelo acionista que elegeu o membro efetivo vacante deverá assumir o cargo vago, temporariamente, até a data da posse do membro substituído a ser eleito pelos acionistas. **Art. 17** - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, ordinariamente, a cada trimestre, podendo, no entanto, ser realizadas sempre que necessário para as atividades sociais. §1º - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Vice-Presidente do Conselho ou quaisquer 2 membros do Conselho de Administração em conjunto, por meio de notificação escrita, inclusive *email*, com pelo menos 5 dias úteis de antecedência. A convocação da reunião deverá apresentar a agenda a ser tratada e decidida, bem como ser acompanhada da documentação disponível que embase de maneira completa tal agenda e permita que os membros do Conselho de Administração possam deliberar sobre as matérias a serem discutidas. §2º - As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos membros em exercício, e as suas deliberações, inclusive as que tenham caráter de urgência, serão tomadas por maioria absoluta. O Presidente da Assembleia Geral, o Presidente do Conselho de Administração, o Vice-Presidente ou Vice-Presidente, quando aplicável, e na sua ausência por qualquer dos conselheiros, escolhido por maioria dos votos dos demais membros presentes. O presidente da mesa escolherá o seu secretário dentre qualquer dos presentes. §4º - Será considerado presente às reuniões do Conselho de Administração, o conselheiro que: (i) nomear qualquer outro conselheiro como seu representante para votar em tal reunião, desde que a respectiva nomeação seja realizada por escrito e entregue ao Presidente do Conselho de Administração ou ao presidente da reunião antes da sua instalação; (ii) enviar seu voto por escrito ao presidente da reunião antes da sua instalação, via fax, correio eletrônico (*email*), carta registrada ou carta entregue em mãos; ou (iii) participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de video conferência ou conferência telefônica, desde que envie seu voto por escrito via fax, correio eletrônico (*email*), carta registrada ou carta entregue em mãos ao Presidente da reunião antes do encerramento, lavratura e assinatura da respectiva ata, e todos os participantes possam ser claramente identificados, caso em que a reunião será considerada realizada no local onde estiver o Presidente da reunião. §5º - Independentemente das formalidades de convocação, considerará-se regular a reunião a que compareçam todos os membros do Conselho de Administração. §6º - Nas deliberações do Conselho de Administração, cada conselheiro, se não estiver fisicamente presente à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Cia. Os votos proferidos por conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração ou que tenham se manifestado na forma do §3º, alínea "iii" deste art., deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fax-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata. §7º - Deverão ser publicadas e arquivadas no registro do comércio asas de RCA da Cia. que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros. **Art. 18** - Além das atribuições que lhe confere a Lei das Sociedades por Ações, compete ao Conselho de Administração: (i) convocar as Assembleias Gerais da Cia.; (ii) controlar e fiscalizar o desempenho dos Diretores da Cia. e de suas controladas e examinar as contas da respectiva administração sempre que o Conselho de Administração julgar necessário, podendo para tanto examinar, a qualquer tempo, os livros, documentos, certidões e registros da Cia. e de suas controladas, e solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração pelas Cia. e de suas controladas; (iii) fixar a orientação geral dos negócios da Cia. e de suas controladas; (iv) aprovar e controlar o orçamento anual da Cia. e de suas controladas; (v) aprovar e controlar a política de distribuição de dividendos; (vi) aprovar e controlar o orçamento global de remuneração fixada pela Assembleia Geral, a remuneração de cada um dos membros do Conselho e da Diretoria da Cia., incluindo as respectivas metas e remuneração variável para cada exercício social; (vii) indicar e destituir o auditor independente da Cia. e/ou de suas controladas; (viii) deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares e pagamento de juros sobre o capital próprio; (ix) definir e modificar programas de opção de outorga de compra de ações, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, a administradores e empregados da Cia. ou de sociedade sob seu controle, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem direito de preferência para os acionistas, na forma prevista neste Estatuto; (x) manifestar-se previamente sobre as propostas de emissão de ações e/ou quaisquer valores mobiliários para a Cia. e deliberar sobre a emissão de ações ou de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, se for o caso; (xi) aprovar a emissão de debêntures não conversíveis em ações, bem como de debêntures conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado; (xii) autorizar a aquisição de ações da Cia. para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação, observadas as disposições legais aplicáveis; (xiii) opinar sobre as propostas de emissão de ações e/ou quaisquer valores mobiliários para a Cia. e de suas controladas; (xiv) aprovar e controlar o orçamento anual da Cia. e de suas controladas; (v) aprovar e controlar a política de distribuição de dividendos; (vi) aprovar e controlar o orçamento global de remuneração fixada pela Assembleia Geral, a remuneração de cada um dos membros do Conselho e da Diretoria da Cia., incluindo as respectivas metas e remuneração variável para cada exercício social; (vii) indicar e destituir o auditor independente da Cia. e/ou de suas controladas; (viii) deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares e pagamento de juros sobre o capital próprio; (ix) definir e modificar programas de opção de outorga de compra de ações, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, a administradores e empregados da Cia. ou de sociedade sob seu controle, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem direito de preferência para os acionistas, na forma prevista neste Estatuto; (x) manifestar-se previamente sobre as propostas de emissão de ações e/ou quaisquer valores mobiliários para a Cia. e deliberar sobre a emissão de ações ou de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, se for o caso; (xi) aprovar a emissão de debêntures não conversíveis em ações, bem como de debêntures conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado; (xii) autorizar a aquisição de ações da Cia. para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação, observadas as disposições legais aplicáveis; (xiii) opinar sobre as propostas de emissão de ações e/ou quaisquer valores mobiliários para a Cia. e de suas controladas; (xiv) aprovar e controlar o orçamento anual da Cia. e de suas controladas; (v) aprovar e controlar a política de distribuição de dividendos; (vi) aprovar e controlar o orçamento global de remuneração fixada pela Assembleia Geral, a remuneração de cada um dos membros do Conselho e da Diretoria da Cia., incluindo as respectivas metas e remuneração variável para cada exercício social; (vii) indicar e destituir o auditor independente da Cia. e/ou de suas controladas; (viii) deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares e pagamento de juros sobre o capital próprio; (ix) definir e modificar programas de opção de outorga de compra de ações, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, a administradores e empregados da Cia. ou de sociedade sob seu controle, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem direito de preferência para os acionistas, na forma prevista neste Estatuto; (x) manifestar-se previamente sobre as propostas de emissão de ações e/ou quaisquer valores mobiliários para a Cia. e deliberar sobre a emissão de ações ou de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, se for o caso; (xi) aprovar a emissão de debêntures não conversíveis em ações, bem como de debêntures conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado; (xii) autorizar a aquisição de ações da Cia. para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação, observadas as disposições legais aplicáveis; (xiii) opinar sobre as propostas de emissão de ações e/ou quaisquer valores mobiliários para a Cia. e de suas controladas; (xiv) aprovar e controlar o orçamento anual da Cia. e de suas controladas; (v) aprovar e controlar a política de distribuição de dividendos; (vi) aprovar e controlar o orçamento global de remuneração fixada pela Assembleia Geral, a remuneração de cada um dos membros do Conselho e da Diretoria da Cia., incluindo as respectivas metas e remuneração variável para cada exercício social; (vii) indicar e destituir o auditor independente da Cia. e/ou de suas controladas; (viii) deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares e pagamento de juros sobre o capital próprio; (ix) definir e modificar programas de opção de outorga de compra de ações, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, a administradores e empregados da Cia. ou de sociedade sob seu controle, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem direito de preferência para os acionistas, na forma prevista neste Estatuto; (x) manifestar-se previamente sobre as propostas de emissão de ações e/ou quaisquer valores mobiliários para a Cia. e deliberar sobre a emissão de ações ou de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, se for o caso; (xi) aprovar a emissão de debêntures não conversíveis em ações, bem como de debêntures conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado; (xii) autorizar a aquisição de ações da Cia. para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação, observadas as disposições legais aplicáveis; (xiii) opinar sobre as propostas de emissão de ações e/ou quaisquer valores mobiliários para a Cia. e de suas controladas; (xiv) aprovar e controlar o orçamento anual da Cia. e de suas controladas; (v) aprovar e controlar a política de distribuição de dividendos; (vi) aprovar e controlar o orçamento global de remuneração fixada pela Assembleia Geral, a remuneração de cada um dos membros do Conselho e da Diretoria da Cia., incluindo as respectivas metas e remuneração variável para cada exercício social; (vii) indicar e destituir o auditor independente da Cia. e/ou de suas controladas; (viii) deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares e pagamento de juros sobre o capital próprio; (ix) definir e modificar programas de opção de outorga de compra de ações, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, a administradores e empregados da Cia. ou de sociedade sob seu controle, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem direito de preferência para os acionistas, na forma prevista neste Estatuto; (x) manifestar-se previamente sobre as propostas de emissão de ações e/ou quaisquer valores mobiliários para a Cia. e deliberar sobre a emissão de ações ou de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, se for o caso; (xi) aprovar a emissão de debêntures não conversíveis em ações, bem como de debêntures conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado; (xii) autorizar a aquisição de ações da Cia. para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação, observadas as disposições legais aplicáveis; (xiii) opinar sobre as propostas de emissão de ações e/ou quaisquer valores mobiliários para a Cia. e de suas controladas; (xiv) aprovar e controlar o orçamento anual da Cia. e de suas controladas; (v) aprovar e controlar a política de distribuição de dividendos; (vi) aprovar e controlar o orçamento global de remuneração fixada pela Assembleia Geral, a remuneração de cada um dos membros do Conselho e da Diretoria da Cia., incluindo as respectivas metas e remuneração variável para cada exercício social; (vii) indicar e destituir o auditor independente da Cia. e/ou de suas controladas; (viii) deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares e pagamento de juros sobre o capital próprio; (ix) definir e modificar programas de opção de outorga de compra de ações, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, a administradores e empregados da Cia. ou de sociedade sob seu controle, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem direito de preferência para os acionistas, na forma prevista neste Estatuto; (x) manifestar-se previamente sobre as propostas de emissão de ações e/ou quaisquer valores mobiliários para a Cia. e deliberar sobre a emissão de ações ou de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, se for o caso; (xi) aprovar a emissão de debêntures não conversíveis em ações, bem como de debêntures conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado; (xii) autorizar a aquisição de ações da Cia. para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação, observadas as disposições legais aplicáveis; (xiii) opinar sobre as propostas de emissão de ações e/ou quaisquer valores mobiliários para a Cia. e de suas controladas; (xiv) aprovar e controlar o orçamento anual da Cia. e de suas controladas; (v) aprovar e controlar a política de distribuição de dividendos; (vi) aprovar e controlar o orçamento global de remuneração fixada pela Assembleia Geral, a remuneração de cada um dos membros do Conselho e da Diretoria da Cia., incluindo as respectivas metas e remuneração variável para cada exercício social; (vii) indicar e destituir o auditor independente da Cia. e/ou de suas controladas; (viii) deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares e pagamento de juros sobre o capital próprio; (ix) definir e modificar programas de opção de outorga de compra de ações, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, a administradores e empregados da Cia. ou de sociedade sob seu controle, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem direito de preferência para os acionistas, na forma prevista neste Estatuto; (x) manifestar-se previamente sobre as propostas de emissão de ações e/ou quaisquer valores mobiliários para a Cia. e deliberar sobre a emissão de ações ou de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, se for o caso; (xi) aprovar a emissão de debêntures não conversíveis em ações, bem como de debêntures conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado; (xii) autorizar a aquisição de ações da Cia. para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação, observadas as disposições legais aplicáveis; (xiii) opinar sobre as propostas de emissão de ações e/ou quaisquer valores mobiliários para a Cia. e de suas controladas; (xiv) aprovar e controlar o orçamento anual da Cia. e de suas controladas; (v) aprovar e controlar a política de distribuição de dividendos; (vi) aprovar e controlar o orçamento global de remuneração fixada pela Assembleia Geral, a remuneração de cada um dos membros do Conselho e da Diretoria da Cia., incluindo as respectivas metas e remuneração variável para cada exercício social; (vii) indicar e destituir o auditor independente da Cia. e/ou de suas controladas; (viii) deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares e pagamento de juros sobre o capital próprio; (ix) definir e modificar programas de opção de outorga de compra de ações, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, a administradores e empregados da Cia. ou de sociedade sob seu controle, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem direito de preferência para os acionistas, na forma prevista neste Estatuto; (x) manifestar-se previamente sobre as propostas de emissão de ações e/ou quaisquer valores mobiliários para a Cia. e deliberar sobre a emissão de ações ou de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, se for o caso; (xi) aprovar a emissão de debêntures não conversíveis em ações, bem como de debêntures conversíveis em ações



PROXIMOS LEILÕES ELETRÔNICOS. Do Conduta Praca - A praca será realizada por MEIO ELETRÔNICO através do Portal: www.canaljudicial.com.br/goldleiloes e será conduzida pelo Gestor Leiloeiro Oficial Ulian Aparecido da Silva - JUCESP-SP. Na segunda praca, valor mínimo para a venda corresponderá a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação judicial, nos termos do artigo 13 do Provimento CSM nº 625/2009. Da comissão da Gestora Judicial - O arrematante deverá pagar a Gestora Judicial GOLD a título de comissão o valor da porcentagem estipulada no edital, sob o preceito de arrematação do imóvel. No caso de não arrematação, o arrematante deverá pagar à Gestora Judicial GOLD a taxa de participação de 1% (um por cento) sobre o valor da avaliação judicial, nos termos do artigo 13 do Provimento CSM nº 625/2009. As despesas relativas a transferência dos imóveis, tais como recolhimento do ITBI, foro, autuação, taxa alvarás, certidões, registros e outras despesas pertinentes, inclusive das apuradas junto ao INSS oriundas de construção ou reformas não averbadas no Órgão competente e, ainda, dividas relativas ao condomínio, resguardada a possibilidade de ação regressiva contra o desenvolvedor principal, perante o Orgão competente. Débitos de IPTU - Eventuais débitos de IPTU ficam sub-rogados no valor da arrematação nos exatos termos do art. 130, parágrafo único do Código Tributário Nacional, mediante apresentação do extrato de débitos fiscais apresentado pelo arrematante. Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes. A alienação de bens móveis sujeitos à legislação aplicável, no Provimento CSM nº 1.625/09 do TJSP e o caput do artigo 335, do Código Penal. A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais dos interessados.

CNPJ/MF: 23.150.901/0001-65 - NIRE 35.300.481.429

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DO SOBRADOGEITO S.A. por meio da qual se deliberou sobre a Anúncia de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Ministro Rocha de Azevedo, nº 38, sala 12º andar, 12º Andar, Cerqueira César, CEP 01410-000. **DATA, HORA E LOCAL:** Aos 16 de dezembro de 2022, às 10:00 h, com realização de Assembleia Digital por meio programa Microsoft Teams, conforme art. 124, §2º-A da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."). **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em função da presença da totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do Art. 124, §4º da Lei das S.A.. **PRESEÇA:** Presentes os acionistas representando 100% do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Registro de Presença de Acionistas. **PUBLICAÇÕES:** As demonstrações financeiras foram disponibilizadas aos acionistas, na sede da Companhia e publicadas, nos termos do art. 133, §3º da Lei das S.A., no jornal "O Dia" na edição de 27 de outubro de 2022, e no site da Companhia, em 27 de outubro de 2022. **ORDEM DO DIA:** Reuniram-se os acionistas para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao ano fiscal terminado em 30 de junho de 2022; Deliberar sobre a destinação do lucro do exercício relativo ao ano fiscal terminado em 30 de junho de 2022; Afixação do montante da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social que se encerrará em 30 de junho de 2023; A alteração do objeto social para inclusão da atividade de armazenagem geral. **DELIBERAÇÕES:** Instalada a assembleia geral e sendo dispensada a leitura dos documentos e propostas objeto da ordem do dia, após exame, discussão e votação das matérias, os acionistas presentes deliberaram o quanto segue: Aprovar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2022, nos termos do art. 133, §3º da Lei nº 6.404/1976, quanto disposto no art. 294, da Lei nº 6.404/1976, os documentos de que tratam o art. 133 da mesma lei, não sendo, por cópias autenticadas, arquivados no registro de comércio juntamente com a presente ata da assembleia; Consignar que, tendo em vista que não houve lucro no ano fiscal terminado em 30 de junho de 2022, não haverá distribuição de dividendos aos acionistas; Aprovar o valor global da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 30 de junho de 2023, de acordo com o orçamento aprovado para o respectivo exercício; Aprovar a inclusão da atividade de armazenagem geral com emissão de warrants no objeto social da Companhia, com a consolidação do social, o que se encontra no Anexo I da presente documento. Com a referida modificação, os Incisos I, II e III do Estatuto Social da Companhia passam a vigorar com a seguinte redação: "Art. 3º. A Sociedade tem por objeto, (i) Comércio de produtos agrícolas e armazenagem de produtos agropecuários, (ii) Atuar como armazenagem geral, podendo desenvolver todas as atividades previstas na legislação especial para esse fim, expedindo "conhecimento de depósito", "warrants", "certificados de depósito agropecuário (CDA)" e "warrants agropecuários – WA", com relação aos produtos, próprios ou de terceiros, conservados em armazéns de sua propriedade ou arrendados, sem prejuízo da emissão de quaisquer outros títulos decorrentes de suas atividades regulares, na forma da legislação aplicável"; **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a ata foi lida, aprovada e assinada em livro próprio, ficando cientes os acionistas da Companhia da sua lavratura em forma de reunião dos fatos ocorridos. **Mesa:** Douglas Cruz da Silva, Presidente, Rodrigo do Nascimento Tólli, Diretor. **Membros presentes:** Sogestivo Participations S.á.r.l., representada por seu procurador, Rodrigo do Nascimento Tólli, Diretor e Contador; Sogestivo Participations S.á.r.l., representada por seu procurador, Rodrigo do Nascimento Tólli, São Paulo/SP 16 de dezembro de 2022. **Sobrediretivo Participations S.á.r.l. P/p** Rodrigo do Nascimento Tólli **Soft Commodity Port Company S.á.r.l. P/p** Rodrigo do Nascimento Tólli

CNPJ/ME nº 40.728.409/0001-43

Extra da Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Subordinadas, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Colocação Privada, da IFIN II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, Realizada em 17.01.2023

Data, Hora, Local: 17.01.2023, às 14h, na sede, Rua Tabapuã, nº 1.123, 21º andar, conjunto 215, São Paulo/SP, conforme cláusula 10.2 da Escritura de Emissão. **Presença:** Titulares de 100% das Debêntures Simples da 1ª Emissão de Debêntures Simples da Emissão, nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, para Colocação Privada, da IFIN II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, em 20.09.2022".

Assistência Técnica: OAB/SP nº 20.092/2022, Dr. Daniel Monteiro Coelho de Magalhães - Diretor Administrativo e Jurídico; OAB/SP nº 20.092/2022, Dr. Ricardo Cunha Sales - Presidente; OAB/SP nº 20.092/2022, Dr. André Maciel Scerri - Secretário. **IFIN II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros** - Presidente: Dr. Ricardo Cunha Sales - Diretor Administrativo e Jurídico; OAB/SP nº 20.092/2022, Dr. André Maciel Scerri - Secretário. **Ordem do Dia:** (i) aprovar a alteração da Escritura de Emissão, atada à celebração do 3º aditamento à Escritura de Emissão, para alteração das cláusulas 2.3 (Valor Total da Emissão) e 3.6 (Quantidade) da Escritura de Emissão, para aumentar o volume da Emissão; e (ii) autorizar para a Emissão praticar todo e qualquer ato, celebrar todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a emissão e implementação das matérias aprovadas acima nos Documentos da Operação, às exclusivas expensas da IFIN II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros.

Deliberações: (i) Alteração da Escritura de Emissão, através da celebração do 3º aditamento à Escritura de Emissão, para alteração das cláusulas 2.3 (Valor Total da Emissão) e 3.6 (Quantidade) da Escritura de Emissão, para aumentar o volume da Emissão, para que possam a vigorar com a redação abaixo: "2.3. Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão das Debêntures Simples da 1ª Emissão de Debêntures Simples da Emissão, é de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais)."; (ii) Autorização para a Emissão praticar todo e qualquer ato, celebrar todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para efetivação e implementação das matérias aprovadas acima na Escritura de Emissão, às exclusivas expensas da ISAAC. 1. Para os fins desta assembleia, os termos aqui iniciados em letra maiúscula, quando não tiverem os seus significados definidos nesta ata, serão os significados e definições que lhe são aplicados na Escritura de Emissão. 2. Em virtude das deliberações acima e independentemente de quaisquer outras disposições nos Documentos da Operação, o Titular das Debêntures, neste ato, exime a Emissora de qualquer responsabilidade em relação ao quanto deliberado nesta assembleia. 3. As deliberações e aprovações acima referidas não são interpretadas restritivamente como mera liberalidade do Titular das Debêntures e, portanto, não poderão ser interpretadas como uma renúncia do Titular das Debêntures quanto ao cumprimento, pela ISAAC e pela Emissão, de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão; ou (ii) impedir, restringir ou limitar o exercício, pelos Titulares das Debêntures, de quaisquer direitos, ações, reclamações, reivindicações ou recursos de qualquer natureza, em qualquer deliberação na presente assembleia, nos termos acima. 4. A ISAAC neste ato comparece para todos os fins e efeitos de direito e fazem consentir nesta ata que concordam com todos os termos aqui deliberados, reconhecendo que a descumprimento de quaisquer das obrigações ora deliberadas acima poderá ensejar, nos termos da Escritura de Emissão, a recompra compulsória dos créditos imobiliários e, consequentemente, o resgate antecipado dos CR, independentemente das formalidades previstas nesta assembleia. 5. Exceto pelo disposto no item 4 acima, o Titular das Debêntures declara estar plenamente de acordo e ciente de que as aprovações ora deliberadas e descritas acima não ensejam e/ou ensejarão a declaração de vencimento antecipado da Escritura de Emissão e demais documentos da Emissão; e (ii) não ocasionam e/ou ocasionarão o resgate antecipado das Debêntures e/ou de qualquer obrigação assumida nos termos dos documentos da emissão das Debêntures; sendo certo que o Titular das Debêntures declara estar plenamente de acordo com tais deliberações e ciente de todos os aspectos envolvidos, inclusive tendo em vista que a Emissão não possui qualquer obrigação de resgate antecipado das Debêntures.

Assinaturas: Dr. Ricardo Cunha Sales - Presidente; Dr. André Maciel Scerri - Secretário. **IFIN II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros** - Presidente: Dr. Ricardo Cunha Sales - Diretor Administrativo e Jurídico; OAB/SP nº 20.092/2022, Dr. André Maciel Scerri - Secretário. **IFIN II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros** - Pedro Paulo Oliveira de Moraes - Diretor - Daniel Monteiro Coelho de Magalhães - Diretor Administrativo e Jurídico.

Titular das Debêntures: OISA Tecnologia e Serviços Ltda. - Ricardo Cunha Sales - Diretor Administrativo e Jurídico. **CPF nº 26.710.232-7** em 26.01.2023, Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

CREDITO FINANCIERO
CNPJ 10.730.100/0001-10 - NIRE 35.300.561/01

CNPJ 07.728.490/0001-43 - NIRE 35.200.564.341

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JANEIRO DE 2023

Data, hora, local: 17.01.2023, 15hs; na sede, Rua Labapá, 1.123, 21^a andar, q. 215, parte, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade da Diretoria Social, Smeas, Presidente: Roberto Carlos de Magalhães, Secretária: Alessandra de Almeida. **Ora em nome do Sr. Diretor:** (i) no item anterior, não houve alteração de 1^a emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, subordinadas, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada [“Emissão Original” e “Debêntures”, respectivamente], autorizada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30.09.2021, (ii) tendo sido seu 1º aditamento realizado em 21.02.2022 (“Primeiro Aditamento”), postulado o encerramento da presente assembleia, (iii) tendo sido seu 2º aditamento realizado em 29.07.2022 (“Segundo Aditamento”), e em conjunto com a Escritura de Emissão Original, Primeiro Aditamento e Segundo Aditamento, denominada “Escritura de Emissão”), e (iv) em 17.01.2023 foi celebrada Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”) com a finalidade de autorizar o 3º Aditamento ao Instrumento de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, Para Colocação Privada, da IFIM II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (“Terceiro Aditamento”), a ser deliberado pela Acionista nos termos abaixo: (I) realizar a emissão de 10.000 novas Debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, na Data de Emissão “[Valor Nominal Unitário]”, alterando a Quantidade total da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, Para Colocação Privada, da IFIM II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros para 20.000 Debêntures; (II) com a aprovação do item anterior, deliberar sobre a aprovação do Terceiro Aditamento da Escritura de Emissão, conforme aprovado previamente em AGD, para alteração das cláusulas 2.3 (Valor Total da Emissão) e 3.6 (Quantidade) da Escritura de Emissão; e (III) a autorização à Diretoria da Companhia à prática de todos os atos, registros e publicações necessários, sem a publicação dos anexos desta ata, e de forma sumária, e as demais medidas que se fizerem indispensáveis para implementar o quanto deliberado na presente assembleia. **Deliberação:**

1. Com relação ao item (I) da ordem do dia, foi aprovada a emissão de 10.000 novas Debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, na Data de Emissão “[Valor Nominal Unitário]”, alterando a Quantidade total da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, Para Colocação Privada, da IFIM II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros para 20.000 Debêntures, alterando a Quantidade total da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, Para Colocação Privada, da IFIM II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros para 20.000 Debêntures. O item (II) da ordem do dia, em decorrência do item anterior, foi aprovado. **Terceiro Aditamento à Escritura de Emissão,** na forma do Anexo A à presente ata, conforme aprovado previamente em AGD, para alteração das cláusulas 2.3 (Valor Total da Emissão) e 3.6 (Quantidade) da Escritura de Emissão, que passaram a vigorar com a seguinte redação: („ 2.3 Valor Total da Emissão O valor total da Emissão das Debêntures é de R\$ 20.000.000,00 na Data de Emissão.” „ 3.6 Quantidade. Serão emitidas 20.000 Debêntures”. **3.** Com relação ao item (III) da ordem do dia, foi aprovada a autorização à Diretoria da Companhia à prática de todos os atos, registros e publicações necessárias, sem a publicação dos anexos desta ata, e de forma sumária, e as demais medidas que se fizerem indispensáveis para implementar o quanto deliberado na presente assembleia. **Encerramento:** nada mais. São Paulo 17.01.2023. Acionista: **Vitor Holding S.A.** (por seu Diretor Daniel Monteiro Coelho Magalhães e Diretor Pedro Oliveira de Moraes). JUCESP nº 26.711.123-0 em 26.01.2023. Gisela Simião Cássin - Secretária Geral.

[illegible][illegible][illegible]

12º Vara da Família e Sucessões nºSP/SMP – Processo 1106897-87/2021.8.26.010 Interdição/Curatela/Nomeio - S.B.F. - Fm. I
Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para DECRETAR A INTERDIÇÃO PARCIAL de A. R., declarando a parte interessada, aos efeitos do art. 4º, inciso III, do Código Civil, incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, relativos ao direito de administração patrimonial e negocial, sob o regime de curatela, com poderes restritos à guarda, educação, saúde, alimentação, vestimenta, higiene, moradia, transporte, lazer, assistência médica e odontológica, bem como a administração financeira necessária para a manutenção da pessoa e dos bens, nos termos do art. 85, inciso II, § 1º, da Lei nº 13.146/2015 (Lei nº 17.82 do Código Civil). Em consequência, JULGO EXTINTO O Nomeio de Dora Fabiana Frizzotto, em virtude do art. 487, I, do Código Processual Civil. Com fundamento no artigo 1.775, § 3º, do Código Civil, nomeio a A.R. para a execução da curadoria deferida, considerando-a comprometida independentemente de assinatura de terceiros. Deferido o presente, sem condenação em custas, com a sentença produzindo efeitos desde a publicação desta decisão. Prazo para recurso: 15 dias úteis. Intimem-se. (art. 1.012, § 1º, inciso VII, do CPC). A curadora deverá prestar contas anualmente.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos do **art19** do Estatuto Social o Pastor Alcides Fávoro, Presidente convocou a todos os associados, em pleno exercício dos direitos e prerrogativas estatutárias e quites com a Tesouraria do **INSTITUTO PASTOR ALFREDO REIKDAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CULTURA**, inscrito no CNPJ sob nº **00.961.882/0001-51**, a reunirem-se em **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** a realizar-se no dia 11 de fevereiro de 2023 na Av. Dr. Ricardo Jafet, n.º 214 – CEP 04260-000 – Ipiranga – São Paulo – Capital, templo sede da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Ipiranga com o quórum estabelecido pelo Art. 19, § único em primeira convocação às 09h00min e com o quórum mínimo estatutário e às 09h30, em segunda convocação, com qualquer número dos presentes, para tratarem da seguinte **ORDEM DO DIA**: a) Leitura da ata referente ao exercício de 01/04/2022 a 31/03/2023; b) Leitura do movimento financeiro do exercício findo em 31/12/2022 e parecer do Conselho Fiscal e deliberação sobre a apresentação; c) Eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal, para atuarem no exercício a contar do dia 01 de abril de 2023 e a terminar em 31 de março de 2024. d) Demais assuntos pertinentes. São Paulo, 30 de janeiro de 2023.

INSTITUTO PASTOR ALFREDO REIKDAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CULTURA

CNPJ: Nº 00.961.882/0001-51
Pastor **ALCIDES FAVARO** - Presidente

COMARCA DE SÃO PAULO - FORO CENTRAL - 40ª VARA CÍVE

Praca João Mendes s/nº 122º andar - sala de atendimento nº 1204 Centro - CEI
01501-900 Fone: (11) 3538-9478 - São Paulo-SP - E-mail: up36a40cvc@tjsp.br

EDITAL de INTIMAÇÃO - Prazo de **20 dias** - Processo nº **0017860-39.2022.8.26.0100**

O MM. Juiz de Direito da 40ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, C/

Dr. FERNANDO JOSÉ CÚNICO, na forma da Lei, **é FAZ SABER a RICARDO ALBERTO**

GERMANO, CPF 173.544.488-00, que por este Juízo tramita de uma ação de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** movida por **ICOMON TECNOLOGIA LTDA**, para que no

prazo de 15 dias, a fluir após os **20 dias** supra, pagar o débito de R\$ 2.042,87 (abrir

em anexo) a ser realizado de acordo com as condições legais, São Paulo, 23 de janeiro de 2023.

NOTA: MULTA - 02% e de honorários de 10% sobre o valor do CPC(2015), os quais

incidirão sobre o restante, caso pague parcialmente, prosseguindo-se com a penhora

de bens e avaliação. Fica ciente também que não pagando, inicia-se o prazo de 15

dias para IMPUGNAÇÃO, independentemente de penhora ou nova intimação (art. 525 do CPC/2015). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei

Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de janeiro de 2023.

Entre janeiro e outubro de 2022, a Mata Atlântica perdeu 48.660 hectares, por desmatamento. Somente entre os meses de agosto e outubro, a área desflorestada foi de mais 6.850 hectares. Os dados são do novo boletim do Sistema de Alertas de Desmatamento (SAD) Mata Atlântica, divulgado na terça-feira (31), pela Fundação SOS Mata Atlântica.

O SAD Mata Atlântica resulta de uma parceria entre a fundação, a Arcplan e o Projeto de Mapeamento Anual do Uso e Cobertura da Terra no Brasil (MapBiomias), que contribui com a ferramenta de MapBiomias Alerta. O sistema capta notificações de todo o mapa do bioma, que compreende 17 brasileiros. Ao todo, durante o período de dez meses, foram emitidos 6.378 alertas e, entre agosto e outubro, 1.117.

tada do bioma foram Bahia e Minas Gerais, com 15.814 e 14.389 hectares, respectivamente. O Piauí aparece em terceiro lugar na lista, com 6.232 hectares.

A fundação ressalta que os dados apontam a concretização do aumento gradual do raio de desmatamento na Mata Atlântica, assim como em outros biomas do país. A entidade pondera, ainda, que, em todos os casos, independentemente do bioma, a devastação está relacionada à expansão agropecuária e a falhas na fiscalização e no combate ao desmatamento, “o que também marcou 2022 em todo o Brasil”.

Nos primeiros dez meses de 2022, as atividades agrícolas perderam por 86,4% da área derrubada. Na Bahia, a proporção foi de 73,2%; em Minas Gerais, de 93,4%; e, no Piauí, de 64,5%.

pe do SAD Mata Atlântica tem uma série de etapas. O sistema utiliza uma classificação automática de indícios de desmatamento baseado na comparação entre imagens de satélite Sentinel 2 (10 metros de resolução). Os focos de potencial desmatamento são enviados ao MapBiomias Alerta. Lá, são validados mensalmente, refinados e auditados individualmente, em imagens de alta resolução.

Cada desmatamento confirmado é cruzado com informações públicas, incluindo as propriedades do Cadastro Ambiental Rural (CAR), embargos e autorizações de desmatamento do Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Depois, a informação confirmada fica disponível em brasileiro.

Um aspecto de destaque, relativo ao boletim, é como o método do SAD amplia a varredura das áreas de desmatamento. O sistema é capaz de identificar indícios da derrubada de árvores a partir de 0,3 hectare, tornando visíveis focos que passam despercebidos por outros sistemas, como o Atlas da Mata Atlântica, concebido como parceria entre a SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que monitora áreas acima de 3 hectares.

Dos mais de 6 mil alertas emitidos durante os dez meses de análise, 63% foram de áreas com dimensão entre 0,3 e 3 hectares. A maior área desmatada (72%) está concentrada em 846 perímetros com mais de 10 hectares.

Em entrevista concedida à Luis Fernando Guedes Pinto, comentou o significado do monitoramento do SAD. Segundo ele, agentes responsáveis pelo desmatamento têm aprendido a burlar os sistemas de detecção.

“É uma iniciativa nova de monitoramento de desmatamento na Mata Atlântica, porque agora a gente está enxergando desmatamentos bem pequenos”, disse. “O objetivo é que ele possa auxiliar a ação rápida de fiscalização e desmatamento e até causar a interrupção de um desmatamento detectado.”

“A gente está enxergando mais desmatamento do que antes. Os estados líderes de desmatamento são caracterizados por desmatamentos muito grandes. A grande diferença é em estados como Paraná e Santa Catarina, onde a produção agrícola, os proprietários de terra, já tinham aprendido que a gente a fazer pequenos desmatamentos todo ano, iam comendo a floresta pela borda. Isso era invisível para as imagens de satélite e agora, com esse novo método, a gente passa a enxergar esses desmatamentos mesmo feitos em áreas pequenas. A gente percebe que, na sequência, vêm a agricultura e as pastagens”, destacou.

Quanto às especificidades de São Paulo, o diretor da fundação pontua que o estado tem “participação relativamente pequena” no desmatamento. As principais regiões afetadas crescentes ele, são o Vale do Ribeira e a região metropolitana de São Paulo, em que se observa um desmatamento associado a loteamentos e novas construções. “Muitos desses desmatamentos acontecendo, inclusive, em áreas mananciais protegidas pela Lei da Mata

tada do bioma foram Bahia e Minas Gerais, com 15.814 e 14.389 hectares, respectivamente. O Piauí aparece em terceiro lugar na lista, com 6.232 hectares.

A fundação ressalta que os dados apontam a concretização do aumento gradual do raio de desmatamento na Mata Atlântica, assim como em outros biomas do país. A entidade pondera, ainda, que, em todos os casos, independentemente do bioma, a devastação está relacionada à expansão agropecuária e a falhas na fiscalização e no combate ao desmatamento, “o que também marcou 2022 em todo o Brasil”.

Nos primeiros dez meses de 2022, as atividades agrícolas responderam por 86,4% da área derubada. Na Bahia, a proporção foi de 73,2%; em Minas Gerais, de 93,4%; e, no Piauí, de 64,5%.

Um aspecto de destaque, relativo ao boletim, é como o método do SAD amplia a varredura das áreas de desmatamento. O sistema é capaz de identificar indícios da derrubada de árvores a partir de 0,3 hectare, tornando visíveis focos que passam despercebidos por outros sistemas, como o Atlas da Mata Atlântica, concebido como parceria entre a SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que monitora áreas acima de 10 hectares.

Dos mais de 6 mil alertas emitidos durante os dez meses de análise, 63% foram de áreas com dimensão entre 0,3 e 3 hectares. A maior área desmatada (72%) está concentrada em 84 perímetros com mais de 10 hectares.

Em entrevista concedida à Agência Brasil, o diretor executivo da SOS Mata Atlântica

Luis Fernando Guedes Pinto comentou o significado do monitoramento do SAD. Segundo ele, agentes responsáveis pelo desmatamento têm aprendido a burlar os sistemas de detecção. “É uma iniciativa nova de monitoramento de desmatamento na Mata Atlântica, porque agora a gente está enxergando desmatamentos bem pequenos”, disse. “O objetivo é que ele possa auxiliar a ação rápida de fiscalização e desmatamento e até causar a interrupção de um desmatamento detectado.”

“A gente está enxergando mais desmatamento do que antes. Os estados líderes de desmatamento são caracterizados por desmatamentos muito grandes. A grande diferença é em estados como Paraná e Santa Catarina, onde a produção agrícola, os proprietários de terra já tinham aprendido que a gente só enxergava desmatamento acima de 3 hectares e passavam

a fazer pequenos desmatamentos todo ano, iam comendo floresta pela borda. Isso era invisível para as imagens de satélite e agora, com esse novo método, a gente passa a enxergar esses desmatamentos mesmo feitos em áreas pequenas. Percebe que, na sequência, vêm a agricultura e as pastagens", destacou.

Quanto às especificidades de São Paulo, o diretor da fundação pontua que o estado tem "participação relativamente pequena" no desmatamento. As principais regiões afetadas, acrescenta ele, são o Vale do Ribeira e a região metropolitana de São Paulo, em que se observa um desmatamento associado a loteamentos e novas construções. "Muitos desses desmatamentos acontecendo, inclusive, em áreas mananciais protegidas pela Lei da Mata Atlântica Lei nº 11.428/2006", finaliza. (Agência Brasil)

De contrato renovado, André Negrão tenta novo título pela Alpine no WEC

O paulista André Negrão anunciou na terça-feira (31) a renovação de seu contrato com a Alpine Renault, equipe com a qual sagrou-se vice-campeão mundial de Endurance na temporada 2022, correndo na categoria principal, a Hypercar. Em 2023, ele acompanhará a Alpine em seu retorno à competitiva LMP2, divisão na qual André se sagrou campeão na temporada 2018-19 após vencer por duas vezes as tradicionais 24 Horas de Le Mans.

O brasileiro já está na Europa, onde participa dos primeiros testes nesta semana, nos dias 1, 2 e 3 de fevereiro, na pista de Portimão, em Portugal. Será o primeiro contato de André com a nova versão do modelo A470, derivado do também francês Oreca 07 – modelo usado por todas as equipes no campeonato.

Dentro da Alpine, André terá agora como companheiros o jovem britânico Olli Caldwell – que até o último ano atuou na Fórmula 2 – e o mexicano Memo



André Negrão inicia testes em Portimão nesta quarta-feira

Rojas, veterano de provas de Endurance, com três títulos nas 24 Horas de Daytona e bicampeão da European Le Mans Series.

Projeto do novo carro – Apesar da mudança de divisão, Negrão também deve trabalhar junto com a Alpine para o retorno da equipe em 2024 à categoria Hypercar, que neste ano recebe nomes como Ferrari e Porsche.

“A Alpine está em um ano de transição, voltamos para a LMP2 porque nosso LMP1 já tinha oito

anos de uso e não podia mais correr na categoria Hypercar”, explicou Negrão. “Por isso vamos correr na LMP2 e ao mesmo tempo fazer o desenvolvimento do nosso Hypercar para 2024.”

Negrão acha que a adaptação aos pneus Goodyear será o grande desafio para 2023. O brasileiro jamais correu com o composto, e na categoria Hypercar utilizava pneus Michelin. Além disso, por já ter sido campeão, o

brasileiro sabe que a categoria é uma das mais competitivas do WEC pela paridade de equipamentos.

“Com certeza vai ser um ano muito difícil, porque temos muitas equipes boas esses dentro do campeonato e com pilotos muito bons também”, disse. “A temporada será acirrada. Temos a questão da mudança de pneus também, mas não acho que vai ser um problema. Claro, vamos ter um pouco de desvantagem inicialmente por não conhecer direito os pneus, mas por isso faremos alguns treinos antes da primeira corrida em Sebring.”

MUNDIAL DE ENDURANCE: TEMPORADA 2023

Data / Pista / País / Duração
17/03 - Sebring - EUA - 1000 milhas; 16/04 - Portimão - Portugal - 6 horas; 29/04 - Spa-Francorchamps - Bélgica - 6 horas; 11/06 - Le Mans - França - 24 horas; 09/07 - Monza - Itália - 6 horas; 10/09 - Fuji - Japão - 6 horas; 04/11 - Sakhir - Bahrein - 8 horas.

Sérgio Sette concluiu segunda rodada do Mundial de Fórmula-E



Sérgio Sette

No sábado (28) foi concluída a segunda rodada do Campeonato Mundial de Fórmula-E. A pista montada nas ruas da cidade de Diriyah, na Arábia Saudita, recebeu mais uma prova bastante movimentada para o fechamento da passagem da competição pelo Oriente Médio.

Competindo no carro #3 da equipe chinesa NIO333 Racing o piloto brasileiro Sérgio Sette Câmara teve uma etapa de difícil adaptação com o novo carro

GEN3 da equipe. Mesmo tendo conseguido o 11º tempo no único treino livre, na sessão classificatória ele não conseguiu extrair o desempenho esperado do carro e, com isso, se classificou para a corrida apenas na 13ª posição.

“Não estou conseguindo me adaptar de forma correta aos freios do nosso carro. O carro é muito rápido e as reações precisam ser extremamente precisas. Meu carro saía muito de frente e, com isso, eu precisava

frear bem antes para conseguir contornar as curvas. Assim, acabei perdendo tempo uma vez que não conseguia carregar a velocidade ideal na retomada da aceleração. Já que não estamos numa boa posição para a corrida, eu e meus engenheiros decidimos por seguir para um estilo de setup completamente oposto ao que vínhamos usando. Deste modo teremos dados novos para analisar e, no fundo, usaremos a corrida como uma espécie de treino para o restante da temporada”, explicou.

Com um carro completamente diferente do que havia participado da tomada de tempos Sérgio seguiu para a segunda corrida do fim de semana. Após boa largada o piloto conseguiu ganhar uma posição e se posicionou para uma prova de recuperação. Contudo, o que se viu no desenrolar das voltas é que o carro #3 não conseguia acompanhar o ritmo dos adversários à sua frente e, com isso, não demorou a ser superado. Com o mesmo profissionalis-

mo de sempre Sette Câmara concluiu as 40 voltas da corrida e recebeu a bandeirada na 17ª posição.

“Fizemos um teste de setup do carro, mas, infelizmente não deu certo. O que já não estava bom acabou se mostrando ainda pior e, como dizemos na linguagem do automobilismo, deu uma ré maior ainda. O carro é completamente novo para todas as equipes e, assim como nós, vários outros times estão tendo algum tipo de problema de adaptação. Vamos voltar agora para a sede do time, analisar cuidadosamente todos os dados coletados e, com base nisso, estudar as melhores soluções para a corrida da Índia. Acredito que teremos uma boa velocidade por lá e, como a pista é novidade para todas as equipes, penso que poderemos almejar resultados mais significativos”, concluiu o piloto de 24 anos.

A quarta etapa do Campeonato Mundial de Fórmula-E será disputada em Hydrabad, na Índia, no dia 11 de fevereiro.

Com foco no Mundial e Pan, Darlan Romani treina em Uberlândia



Darlan Romani

Campeão mundial do arremesso de peso em pista coberta, o catarinense Darlan Romani está de olho nos Jogos Olímpicos de Paris-2024, seu grande objetivo, sem perder o foco de duas importantes competições de 2023: o Campeonato Mundial de Budapeste, na Hungria, de 19 a 27 de agosto, e os Jogos Pan-Americanos de Santiago, no Chile, de 29 de outubro a 5 de novembro.

Acompanhado do especialista cubano Justo Navarro, seu mentor desde 2010, Darlan participa de um camping de treinamento na cidade mineira de Uberlândia, que começou no dia 16 de janeiro e termina domingo (5/2). “São três semanas de muito trabalho e de concentração. O foco total é o treinamento. Está sendo ótimo porque tira a gente do nosso ambiente e coloca a cabeça só no treino”, disse o recordista sul-americano indoor (22,53 m) e o ar livre (22,61 m), que mora em Bragança Paulista (SP) e faz sua preparação normal no Centro Nacional Loterias Caixa de Desenvolvimento do Atletismo, na mesma cidade.

As atividades bancadas pelo Programa de Preparação Olímpica, parceria entre o Comitê Olímpico do Brasil (COB) e Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt), ocorrem no Sesi-Gravatás – tanto no campo como na sala de musculação. O camping marca a volta de Darlan a Uberlândia, cidade onde morou por alguns anos.

O título do Campeonato Mundial Indoor de Belgrado, na Sérvia, foi conquistado no dia 19 de março de 2022 ao conseguir a marca de 22,53 m, na Stark Arena, enfrentando, por exemplo, o bicampeão olímpico e recordista mundial Ryan

Crouser, dos Estados Unidos, que ficou com a medalha de prata com 22,44 m. Bicampeão mundial militar, dos Jogos Pan-Americanos e do Campeonato Ibero-Americano, Darlan tem excelentes resultados na carreira como o quinto lugar nos Jogos do Rio-2016 e o quarto em Tóquio-2021.

No Mundial de Doha-2019, também ficou na quarta colocação na prova mais disputada da história do arremesso do peso. Já no Mundial do Oregon-2022, contundido, ficou na quinta colocação. O brasileiro terminou 2022 em sétimo lugar no Ranking Mundial, com 21,92 m e ocupa a 11ª posição no Ranking de todos os tempos, com 22,61 m, seu recorde ao ar livre.

No início de maio, Darlan fará um camping na Europa, provavelmente em León, na Espanha, e participa das primeiras competições do ano. O giro vai começar no dia 5 de maio, com a disputa da etapa de Doha, no Catar, da Liga Diamante, o principal circuito de meetings da World Athletics.

Filiado à Associação Bragantina de Atletismo (ABRA-SP), que é presidida por sua esposa, Sara Romani, Darlan curte a distância a gravidez de sua mulher, que espera Helena, cujo nascimento está previsto para o fim de abril. A ex-atleta do salto com vara e o multicampeão do arremesso do peso já têm Alice, de 7 anos.

A Prevent Senior NewOn é patrocinadora do atletismo brasileiro oferecendo medicina esportiva de precisão e estilo de vida para os que se ligam no esporte e apoio às competições.

As Loterias Caixa são a patrocinadora máster do atletismo brasileiro.

Luisa Stefani volta aos treinos após título do Australian Open e vai motivada para próxima gira no Oriente Médio

Após fazer história na sexta-feira (27) ao lado de Rafael Matos com o título de duplas mistas do Australian Open – o primeiro Grand Slam de uma dupla totalmente brasileira e primeiro de uma mulher desde 1968 com Maria Esther Bueno –, Luisa Stefani retomou os treinamentos na segunda-feira (30) em Melbourne, na Austrália, visando a próxima gira de torneios.

A tenista número 34 do mundo embarca nesta quinta-feira (2/2) para Abu Dhabi, nos Emirados Árabes, onde disputa o WTA 500 local, junto com a chinesa Shuai Zhang. Na sequência, atua com a cazaque Anna Danilina nos torneios WTA 500 de Doha, no Catar, e o WTA 1000 de Dubai, nos Emirados Árabes, nas semanas dos dias 13 e 20 de fevereiro.

“Tirei o final de semana para comemorar. Não é todo dia que ganhamos um Grand Slam, momento muito especial. Estou deixando cair a ficha. Sem palavras

para descrever as emoções dos últimos dias. Eu e o Rafa conseguimos aproveitar muito e conquistar um sonho que mexe com a gente de maneira diferente. Ainda estou absorvendo tudo”, disse a atleta patrocinada pela Fila e Faros Invest, embaixadora XP COB e que conta com os apoios da Liga Tênis 10 e Bolsa Atleta.

Cinco títulos, desde setembro – Luisa ficou um ano afastada das quadras por conta da lesão no ligamento cruzado anterior do joelho e retornou em setembro passado. Desde então disputou oito torneios e venceu cinco, sendo o primeiro Grand Slam no Aberto da Austrália e o WTA 500 de Adelaide, na Austrália, este ao lado da americana Taylor Townsend, estando ainda invicta na temporada. Ano passado ganhou os torneios WTA 1000 de Guadalajara, no México, com a australiana Storm Sanders, o WTA 250 de Chennai, na Índia,

com a canadense Gabriela Dabrowski, e o WTA 125 de Montevideu, no Uruguai, com a carioca Ingrid Martins.

Luisa ainda detalhou os motivos pela parceria com Matos ter dado certo e os dois já estão combinados em jogar Roland Garros, no meio do ano, de olho nos Jogos Olímpicos de Paris em 2024. “Rafa me deu muita confiança e liberdade para fazer o que eu faço melhor. Ele é muito rápido e sólido do fundo. Nossa comunicação foi muito boa para a gente poder jogar da maneira que queremos, impondo nosso jogo mesmo nos momentos mais difíceis. Ao longo da semana tivemos momentos onde não jogamos bem ao mesmo tempo – um jogava bem e outro não e vice-versa. Essa comunicação fora e dentro da quadra, a partir da United Cup, onde treinamos juntos, e ter essa clareza de como iríamos jogar foi muito natural, trabalhamos em cima disso. Foi



Luisa não larga a taça do Australian Open

muito legal a experiência de jogar com ele”, explicou.

Fazendo história na carreira – Luisa Stefani, 25 anos, começou a jogar tênis aos 10 anos, na B.Sports, no bairro de Perdizes, em São Paulo (SP), onde nasceu. Disputou as cha-

ves principais dos quatro Grand Slams juvenis e foi à semifinal de duplas do US Open juvenil em 2015, quando chegou à 10ª posição do ranking mundial juvenil. Foi para os Estados Unidos para estudar e jogar tênis. No circuito universitário jogou pela Pepperdine University, na Califórnia. Entre 2015 e 2018, ainda no circuito universitário americano, dedicou-se parcialmente ao circuito profissional da ITF. Optou por trancar a faculdade para disputar o circuito profissional integralmente a partir de meados de 2018.

Ganhou destaque nas duplas no profissional e começou a colher resultados em 2019, conquistando um título no WTA de Tashkent. Em 2020, ganhou o WTA 125 de Newport Beach e comemorou o título do WTA de Lexington. Terminou o ano como 33º do mundo, primeira brasileira no top 40 em mais de

três décadas. Em 2021, foi à final no WTA 500 de Abu Dhabi, alcançando o top 30 – primeira tenista do Brasil desde 1976. E o vice-campeonato do WTA 1000 de Miami fez com que subisse para a 25ª posição – então a melhor de uma brasileira desde que o ranking WTA foi criado em 1975.

Nos Jogos de Tóquio, conquistou a inédita medalha de bronze olímpica para o Brasil ao lado de Laura Pigossi. Continuou subindo no ranking e chegou a ocupar o nono lugar no início de 2022. No retorno ao circuito, após a cirurgia no joelho, conquistou três títulos neste final de temporada 2022: WTA 1000 de Chennai, na Índia, WTA 250 de Guadalajara, no México, e WTA 125 de Montevideu, no Uruguai, retornando ao Top 50 no ranking da WTA. Começou 2023 com mais um título: WTA 500 de Adelaide, na Austrália, e agora as duplas mistas do Australian Open.